



Questionando históricos:

A política preservacionista de Ouro Preto-MG sob o viés do planejamento urbano nacional

Lízia Agra Villarim¹

Resumo: Um contexto problemático devido a tendências e posturas questionáveis, entre as quais a hegemonia do discurso de uma elite urbana herdada do período colonial, somado ao rápido crescimento das cidades pela sua importância econômica, reflexos da ampliação das articulações mercantis capitalistas, marcam a formação do Planejamento Urbano Nacional. Cujo modelo de administração fortaleceu as desigualdades sociais e regionais. Nesse primeiro momento, pela atuação do Estado Novo, grupo político onde se destacavam intelectuais modernistas, o campo em formação carregava seus ideais, tais como a postura de modernização das estruturas administrativas e urbanas, mas especialmente, a busca pela construção da identidade nacional, o que se tornou o guia desse período. Essa fase também coincide com o começo da política de preservação nacional e o reconhecimento do primeiro bem patrimonial brasileiro, a cidade de Ouro Preto. Contradições que nos levam a indagar: quais os impactos do planejamento urbano nas políticas preservacionistas de Ouro Preto, visto que os campos foram conformados quase simultaneamente e a cidade foi o primeiro bem patrimonial de escala urbana reconhecido no Brasil? Nosso questionamento parte do fato de não haver referências ou exemplos locais a seguir, além disso, muitos dos procedimentos e posturas empreendidos, como o tombamento, acabaram conformando diretrizes que continuam em utilização. Sendo assim, temos por objetivo apresentar os impactos do planejamento urbano nacional nas políticas preservacionistas da cidade de Ouro Preto, buscando entender a repercussão, em termos de ações e projetos conservacionistas.

Palavras-chave: Planificação Urbana; Salvaguarda Patrimonial; Legislação Preservacionista; Patrimônio Cultural Mundial.

Questioning historicals:

The Ouro Preto-MG preservation policy under the bias of national urban planning

Abstract: A problematic context due to questionable trends and postures, among which the hegemony of the discourse of an urban elite inherited from the colonial period, added to the rapid growth of cities due to their economic importance, mark the formation of Planning National Urban. At first, through the performance of the Estado Novo, a political group in which modernist intellectuals stood out, the field in formation carried its ideas, such as the posture of modernization and especially the search for the construction of national identity. This phase also coincides with the beginning of the national preservation policy and the recognition of the first Brazilian heritage property, the city of Ouro Preto. Contradictions that lead us to ask: what are the impacts of urban planning on the preservation policies of Ouro Preto, given that the fields were formed almost simultaneously and the city was the first heritage of an urban scale recognized in Brazil? Our questioning is based on the fact that there are no local references or examples to follow and many of the procedures conforming guidelines that are still in use. Therefore, we aim to present the impacts of national urban planning on the preservation policies of the city.

Keywords: Urban Planning; Safeguarding Cultural Heritage; Preservation Legislation; Word Cultural Heritage.

¹ Possui graduação em arquitetura e urbanismo (UNIFACISA), sendo Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

Introdução

O século XIX representou para as cidades brasileiras um período de transformações com a superação do modelo colonial e a absorção de inspirações e experiências europeias, além da incorporação das descobertas industriais e seus recursos, como a locomotiva e a luz elétrica. Além disso, a formação da administração local com a independência e a República, sendo, ainda, o momento em que surgem decretos decisivos quanto à organização e distribuição fundiária, como a institucionalização da terra privada, e as primeiras grandes reformas urbanas. No século seguinte as modificações das cidades tornaram-se mais intensas, especialmente em seu início, quando a maioria passou a congregar as funções mais importantes e rentáveis, que anteriormente ocorriam na área rural sendo, em geral, agricultura e pecuária as atividades com maior participação na receita das cidades. Outro fator importante é a atuação do Estado, que passa a ser responsável pela maior parte das transformações urbanas. Por outro lado, a participação da iniciativa privada (burguesia) continua crescendo, seja na atuando na administração pública, seja na transformação do espaço urbano.

Nesse momento, o modelo de administração nacional continuava a atender as demandas da elite proveniente dos grandes proprietários de terra, antigos senhores de engenhos e donos de escravos. Com isso, mantendo as mesmas desigualdades iniciadas antes da república. O contexto urbano, contudo, em função da importância econômica das cidades, passa por um rápido crescimento, sendo este desordenado e gerando diversos problemas. Somado a essa conjuntura, demandas por melhorias nas condições de trabalho começam a surgir. Esses, entre outros fatores, levam as décadas de 1920 e 1930 a serem marcadas pelo surgimento de questões sociais que reivindicam a alteração do modelo político vigente. Esse ensejo deu início a um modelo de administração com fortes bases modernistas, que resultou no Estado Novo, e modificou as tradicionais oligarquias políticas.

Mesmo diante dos avanços que o período representou, destaca-se que a administração pública não acompanhou todas as contestações sociais e discussões de salubridade as quais o movimento se propunha, gerando um déficit habitacional, incentivando o surgimento de cortiços e favelas, além de acentuar a desigualdade que a elite urbana já havia iniciado. Foi, contudo, nesse contexto que surgiu o planejamento urbano no Brasil, segundo Deák (1999) o Estado Novo foi o responsável mesmo não possuindo estruturas formais para tais meios.

O planejamento urbano nesse momento carrega os ideais do grupo político que fazia parte da gestão, a maioria intelectuais modernistas, assim, nos resultados são identificadas posturas de modernização das estruturas administrativas e urbanas, mas especialmente, a busca pela construção da identidade nacional, o que se tornou o guia de várias ações e projetos. Essa fase também coincide com o começo da política de preservação nacional e o reconhecimento institucional do primeiro bem patrimonial brasileiro, a cidade de Ouro Preto. O que demonstra outro aspecto do período, as contradições. Essas marcam as ações e iniciativas do planejamento urbano que, no caso das porções de valor histórico e cultural, representou modificações como justificativa de conservação.

Esse panorama nos revela importantes agendas para entender, projetar, programar e gerir as cidades, que se conformaram simultaneamente: o planejamento urbano e a salvaguarda do patrimônio nacional. Nesse sentido, nos perguntamos: quais os impactos do planejamento urbano nas políticas preservacionistas

de Ouro Preto, visto que, como dito, foram campos conformados quase simultaneamente e a cidade foi o primeiro bem patrimonial de escala urbana reconhecido no Brasil? Nosso questionamento parte do fato de não haver referências ou exemplos locais a seguir, além disso, muitos dos procedimentos e posturas empreendidos, como o tombamento e o registro nos livros do tomo, acabaram servindo de diretrizes que são utilizadas até hoje nas ações de salvaguarda. Uma repetição que, ao longo do tempo, sofreu algumas modificações ou adequações em decorrência das tensões e conflitos que incidem nas cidades (lócus dessas práticas), dada as relações dialéticas das atividades de planificação urbana e a sistêmica participação da economia global.

Consequentemente, o planejamento urbano nacional tem seu histórico dividido em fases, de acordo com a incorporação de novas questões, demandas e problemas, além da adoção de ferramentas e métodos técnicos pertinentes à distintos períodos. Sendo, também, influenciados por rupturas no contexto urbano (social, cultural, político, econômico, físico, etc). Assim, em cada fase vigoram posturas que guiam as ações oriundas da etapa. Já quanto às ações conservacionistas, ressalta-se que estão inseridas no planejamento urbano, sendo uma das principais agendas da planificação urbana. Ou seja, consideramos que há uma relação indissociável entre a conservação e o planejamento urbano. Um exemplo é a incidência do ideário de valorização da identidade nacional no início e em várias atitudes dos campos citados no caso de Ouro Preto.

Sendo assim, esse artigo tem por objetivo apresentar os impactos do planejamento urbano nacional nas políticas preservacionistas da cidade de Ouro Preto, buscando entender a repercussão, em termos de ações e projetos conservacionistas. Isto pois, consideramos a relevância da cidade em termos de identidade nacional e referência legal na área patrimonial. O que tentamos abordar ao relacionar o histórico dos dois campos temáticos citados, o planejamento urbano e a salvaguarda patrimonial, já que partimos da acepção de que são imbricados.

O questionamento que conduz o trabalho surge em função da postura seguida pelo órgão de preservação nacional (à época SPHAN) no ato do reconhecimento do sítio, que desconsiderou a estrutura ativa da área, além das suas relações com o entorno ambiental e construído, bem como elementos e associações oriundas de outras temporalidades. Conduta que buscava uma valorização estética do conjunto arquitetônico e urbano como representação do então entendimento de identidade nacional. Tendência, com dito, oriunda do planejamento urbano da época do seu tombamento e que se repetiu, de diferentes formas ao longo dos anos. Assim, para a análise buscaremos relacionar o histórico do planejamento urbano nacional e o da formação da política preservacionista de Ouro Preto, esta segunda perpassando, como dito, a formação da salvaguarda legal nacional, na busca por compreender as práticas e condutas citadas.

Ouro Preto: Planejamento Urbano e Conservação Urbana

A cidade de Ouro Preto surgiu, no fim do século XVIII, em função da exploração de ouro na região que recebeu o nome pela citada atividade, Minas Gerais, sendo a sua capital. A mesma emerge através da conexão de dois povoamentos, Antonio Dias e Pilar, que margeavam uma colina e foram formados por meio de um eixo que coincidia com uma antiga estrada que conectava dois pólos de mineração

(CASTRIOTA, 2009). O citado título de capital foi concedido em função do seu rápido crescimento, resultado da exploração do ouro, que também impulsionou seu desenvolvimento e, com isso, aumentou o processo migratório para a região, gerando uma rede de comércios e serviços de suporte, conformada por pedreiros, artesãos, alfaiates, etc (op.cit). Esse processo ocasionou uma intensa dinâmica e considerável produção de ouro, o que motivou a coroa portuguesa a fixar aparato para fiscalização e o surgimento de “numerosas camadas intermediárias entre os senhores e os escravos” (op.cit).

No século XIX a exploração do ouro entra em declínio, e a dinâmica econômica muda, passando a funcionar em torno das atividades administrativas de capital do Estado, o que se mantém até 1897, início da República, quando ocorre a transferência da capital para a cidade de Belo Horizonte (op.cit).

Esse contexto se insere na primeira fase do planejamento urbano nacional, que vai de 1875 a 1930, sendo caracterizada pelos “Planos de Embelezamento” (VILLAÇA, 1999) e a afirmação de uma classe dominante que rejeitava o passado colonial. Esse período é importante pois sela o início da política nacional independente, que buscou suprir o desenvolvimento tardio através da estruturação de novos modelos espaciais. Com isso, o planejamento dessa fase é marcado pelas primeiras grandes intervenções urbanas, que passam a modificar o traçado colonial das cidades e erguer novas formas espaciais dotadas da modernidade da época. Estas, justificadas por discursos de melhoramento e embelezamento, moldaram-se aos interesses da então elite urbana, mesmo com o relevante papel do Estado como responsável pelo capital a ser investido.

A administração começou a se desenvolver ainda nos tempos imperiais, como forma de viabilizar os interesses das elites urbanas (burguesia mercantil), que não viam no antigo modelo das elites do hinterland a possibilidade de satisfazerem suas demandas políticas, econômicas e sociais. Nesse sentido (...) o crescimento da administração pública brasileira se fez ao mesmo tempo que o crescimento das cidades e, portanto, tem a ver com o fenômeno da urbanização. Vale salientar que esse modelo administrativo, extremamente vinculado à vida urbana, cresceu e se desenvolveu até a República Velha (1889-1930) eminentemente restrito às fronteiras estaduais. (...) Assim, a partir dos anos 20, e muito claramente com Getúlio Vargas, o foco das disputas não mais se restringiu ao conflito por cargos menores na política clientelista de outros tempos. O que estava em jogo era a tomada de postos-chave para a definição das políticas econômicas e sociais do país. (PAIVA, 2009, p. 781)

O projeto e execução da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, com diretrizes modernizadoras e traçado ortogonal, são um exemplo da negação do passado, da incorporação de demandas científicas e da influência dos projetos realizados em grandes metrópoles, como o Plano de Haussmann para Paris, o que também exemplifica o perfil dessa fase no planejamento urbano. Já a transferência da capital administrativa de Ouro Preto para Belo Horizonte, além de justificada pela localização geográfica central da nova urbe, que facilitaria a inserção da região nos circuitos econômicos nacionais, tem a representação de modernidade coerente com as pretensões do Estado à época.

Com a citada transferência da capital administrativa, a cidade de Ouro Preto passa por estagnação econômica que reflete na sua conservação. Cenário que começa a mudar com a sua “redescoberta na década de 1920, quando os escritores do movimento modernista vêem nela um símbolo da identidade nacional” (op.cit). Esse momento coincide com as comemorações do centenário de independência nacional, e a forte veiculação da importância simbólica da cidade como ‘manifestação das raízes genuínas’ pelo meio artístico e pelo grupo político que comanda a Revolução de 1930, que motivou o seu reconhecimento institucional.

Em julho de 1933, a primeira ação efetiva para a preservação do patrimônio é a consagração de Ouro Preto como “monumento nacional”, através do Decreto nº22.928. Apesar disto, este foi ainda um gesto simbólico já que este decreto não trazia consigo nenhum meio legal específico para a proteção do sítio urbano ou dos seus monumentos individuais (op.cit, 2009, p. 140).

Apenas quatro anos após essa ação, com o Decreto Lei nº25 de 1937, é que começam a existir meios legais de institucionalizar as ferramentas de proteção, como o tombamento. Nesse sentido, a cidade passa a ser tombada em termos de conjunto e o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão recém criado para desempenhar as funções de identificação, gestão e coordenação da conservação nacional, passou na sua salvaguarda.

A criação da política de preservação está inserida na segunda fase do planejamento urbano nacional, definida como “Planos de Conjunto”, que vai de 1930 a 1965, e foi caracterizada pela propagação do planejamento em todo o território (VILLAÇA, 1999). Essa atuação foi orientada pela busca, que tornou-se uma das características mais marcantes da fase, de construção (ou identificação) e propagação da identidade nacional. Para isso, a recém criada política preservacionista tornou-se responsável por identificar e ressaltar os remanescentes artísticos, essencialmente bens de natureza material, como pinturas, esculturas, arquiteturas, conjuntos urbanos, etc., que traduziam o então entendimento das raízes da cultura do país. Essa postura orientou a seleção de bens a serem tombados e as diretrizes de salvaguarda, o que, em alguns casos, resultou em ações de alteração e/ou demolições em alguns patrimônios com a justificativa de destaque de determinado período histórico e sua estética.

Essa conduta pode ser melhor compreendida se contextualizarmos o direcionamento das ações de planejamento nacional. Pois, estas eram guiadas e justificadas pela representação de que determinadas espacialidades por serem resultantes de uma população urbana consolidada pelo êxodo rural e de condição social baixa - ou seja, composta por grupos que buscavam melhores condições de vida e emprego na cidade, dada a sua importância pelo desenvolvimento da economia, através da incipiente, mas promissora industrialização - expressavam a desordem e o atraso. Além disso, a forte influência europeia direcionou a formação deste modelo, especialmente quanto à estética empregada nas propostas urbanísticas, o que permitiu “(...) às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição” (RIBEIRO, 2018, p. 29).

Tais considerações nos alertam sobre uma conduta segregatória pelo planejamento urbano, que negava os problemas sociais e, ao mesmo tempo, utilizava-os como justificativa à sua atuação. “Na sua origem, a influência do urbano no pensamento social brasileiro é a cidade sem cidadão, porque anteposta aos ideais de nacionalidade e dissociada das práticas republicanas”(op.cit, p. 28). Não sem razão, perceberemos que desde a sua formação e durante um longo período, a salvaguarda nacional exclui determinados símbolos e práticas por considerá-los a representação destes grupos.

Ao fazer uma análise da postura seguida no reconhecimento de Ouro Preto, evento ocorrido no contexto acima descrito, Castriota (2009) destaca a relevância dos aspectos estéticos, isto é, da arquitetura mineira como referência artística sendo aquela “efetivamente brasileira”. Essa tendência acabou, como também afirma o autor, tornando-se guia das ações preservacionistas do país. O que podemos entender como sendo resultado da falta de exemplos nacionais a seguir e da manutenção, como citado, de “concepções de caráter racista” na planificação urbana (RIBEIRO, 2018), que compreende um conjunto de práticas das quais a salvaguarda está incluída.

A fase também teve relevante atuação do melhoramento urbano, que inicia com a demanda de grandes equipamentos e substituição de estruturas em função da modernização que o país vem assistindo, com destaque para a participação da indústria, que redefiniu as relações sociais e promoveu expansões urbanas, reivindicando a incorporação dos meios de transporte coletivos nas cidades. Assim, uma distinção foi a incorporação da ciência e técnica nas ações e projetos de planejamento, que teve como um dos resultados o surgimento de importantes concursos para equipamentos públicos como de rodoviárias, edifícios para aeroportos, estações de trens, bancos, etc.

Esse movimento de novas construções apresenta um dos aspectos que conecta as ações de conservação de Ouro Preto, em termos de legislação e projetos, ao planejamento urbano nacional da época. Como contextualização desta interseção, recorremos à corrente arquitetônica que mais incidia nos projetos aprovados, especialmente no que se refere às relações de partido que resultaram nas decisões de composição estética dos edifícios. Sobre essa arquitetura, entendida como moderna e conhecida como modernismo nacionalista, vigorava o neocolonial, clara inspiração estética do então entendimento das 'raízes da cultura nacional'. Essa corrente combinava a relação entre elementos tradicionais e modernos e, ao ser fortemente utilizada em importantes edificações públicas, acabou se dissipando pelo país.

O reconhecimento oficial do neocolonial e a construção de importantes edifícios públicos nessa linha vulgarizaram os elementos ornamentais de gosto tradicional a ponto de serem apropriados, em todos o Brasil, em edificações tão distintas quanto habitações populares ou postos de gasolina (SEGAWA, 2010, p. 36).

Essa relação comprova, como dito, a importância em termos de representação de Ouro Preto, mais especificamente, da postura vinculada aos atributos estéticos que levou ao seu tombamento. Sendo, com isso, a justificativa da tendência ao seu tratamento como museu (manutenção estática dos bens e tendência ao simulacro) e a desconsideração das relações, associações e elementos advindos de outras temporalidades, principalmente aqueles referentes à estrutura ativa. Esta última menospreza em função da excessiva vinculação do sítio ao turismo após o reconhecimento.

Há de se salientar que, embora positivas à urbanização de Ouro Preto, tais ações ficaram restritas ao seu núcleo histórico. O que motivou a expansão de suas franjas urbanas, de modo que num momento posterior, tais espacialidades 'novas' passaram a interferir na sua ambiência. Isso ocorre porque "(...) inicia-se, nesse momento, o divórcio entre a cidade legal e a cidade real (...)" (RIBEIRO, 2018, p. 32), ou seja, o Estado só reconhece as porções construídas pelos grupos hegemônicos, que traduzem, também, o então entendimento de nacionalidade.

Como reflexo, a irrelevância da estrutura ativa no tombamento, negando a necessidade de tratar as tensões dialéticas da cidade, o que inclui áreas externas à sua delimitação institucional, setores produtivos, e agentes atuantes na dinâmica local. O que se soma aos problemas econômicos da mudança da mudança da capital administrativa. Sendo assim, tais problemáticas nos mostram que mesmo o planejamento urbano nacional tendo se expandido para todo o território nacional, isso não refletiu as estruturas administrativas locais e, como consequência não foram identificadas ações na esfera estadual ou municipal que conseguissem coibir a homogeneização iniciada com a construção da imagem oriunda da postura conservacionista do Estado.

Um exemplo desse processo é citado por Castriota (2009) ao tratar das alterações em um dos principais espaços públicos da cidade de Ouro Preto, o Largo de Coimbra. O largo foi ocupado no século XIX por atividades econômicas, originando construções que foram consideradas sem relevo para o entorno histórico, composto por edificações barrocas (op.cit). Essa postura seguiu a tendência de supervalorização estética, já citada, e implicou na seleção estilista para conservação, assim, as construções foram demolidas.

(...) o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX (...) A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos (op.cit, p. 141-142).

A mesma postura que regia as ações de preservação e orientavam as citadas demolições e supressão de elementos estilísticos em edifícios, também é seguida para os casos de inserção de novas construções no sítio histórico. Ou seja, mantendo a visão segregatória do planejamento urbano. Além da busca por expressar a “monumentalidade da obra estatal e o rompimento com o passado que ela (O Estado Novo) realizava” (RIBEIRO, 2018, p. 32).

Para estes casos, a orientação era que deveriam ser erguidos edifícios de “boa qualidade arquitetônica”, inicialmente foram reivindicados projetos modernistas visando inibir os “fingimentos coloniais” (CASTRIOTA, 2009). Um dos mais representativos exemplos desse período é o Grand Hotel, projetado por Oscar Niemeyer, que seguiu todos os princípios da arquitetura moderna, sendo solicitado pelo SPHAN através de Rodrigo Mello Franco, seu diretor. Tal pedido ocorreu após o órgão descartar o projeto que havia sido desenvolvido para tal fim, uma proposta neocolonial de autoria de Carlos Leão, à época assessor técnico do SPHAN (COMAS, 2010). A substituição da proposta teve apoio e incentivo de Lúcio Costa, consultor do SPHAN e amigo de Rodrigo Mello, além de declarado “promotor da arquitetura moderna” (op.cit).

A reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível hoje em dia, a custa de muito artifício. Teríamos ou uma imitação perfeita e o turista desprevenido correria o risco de... tomar por um dos principais movimentos da cidade uma contrafação, ou...um arremedo “neocolonial” sem nada de comum com o verdadeiro espírito das velhas construções. Ora, o projeto do O.N.S, é.. uma obra de arte e..não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior, o que não combina com coisa alguma é a falta de arquitetura (...) (op.cit, 2010).

Esse período está inserido na fase da política de preservação nacional caracterizada como Fase Heroica, nome concedido em função da grande quantidade de trabalho que o órgão de preservação tinha e a incompatibilidade com os poucos recursos técnicos e de mão-de-obra disponíveis. O que nos mostra a tímida preocupação do Estado com o passado. Sendo assim, em função da grande quantidade de projetos necessitando de análise e aprovação, o SPHAN cedeu a criação de normas rígidas, que citavam elementos estilísticos que deveriam compor as novas edificações. O que, no caso de Ouro Preto, significou, num segundo momento, o surgimento da tendência conhecida como “estilo patrimônio” (op.cit).

Aspecto importante, ainda desse contexto, citado por Comas (2010), é que a atuação no planejamento urbano, estendida à do SPHAN, entendia que a cidade de Ouro Preto não iria se expandir. Essa compreensão dialoga com o discurso de Vargas que entendia que o dinamismo econômico ocorreria nas «metrópoles litorâneas» - entre as quais podemos incluir Belo Horizonte, cujo dinamismo econômico e a representação

de modernidade suprem a necessidade do mar - e às cidades interioranas cabia a preservação do “caráter nacional” (RIBEIRO, 2018, p. 34). Nesse sentido, as ações de salvaguarda se voltam para a manutenção das tipologias e composições estilísticas das fachadas dos edifícios, e as características morfológicas, como implantação e volumetria, são desconsideradas. Além, principalmente, da dinâmica social, haja visto que a população à época já mostrava um significado aumento e uma demanda por estruturas habitacionais. Ocorrendo, na década de 1960, uma falsificação do conjunto com a incorporação de edifícios que seguiam o “estilo patrimônio”, tendência que seguiu sendo aplicada (COMAS, 2010).

Na década de 1940, as citadas modificações no Largo de Coimbra, foram guiadas pela postura modernizadora que também incidia no planejamento urbano nacional, resultando em intervenções iniciadas com demolição de estruturas urbanas. No caso das ações urbanizadoras, realizadas em várias cidades, ocorria a substituição de elementos morfológicos e tipológicos por novo padrão de tecido urbano, entendido à época como mais funcional que o traçado tradicional histórico. Contudo, por trás das justificativas citadas estava o interesse em “ampliar a capacidade da cidade de regulação do mercado fundiário e imobiliário” (CARDOSO, 2007, p. 222). Novamente reforçando a exclusão social, visto que determinadas espacialidades são tratadas tomando como referência sua importância mercantil. O que, em alguns casos, em função da presença de externalidades passíveis de exploração no mercado imobiliário e fundiário, demandava intervenções para modificação das estruturas urbanas e da composição social. Essas referidas intervenções são consideradas como responsáveis pelo surgimento das favelas, traduzindo a opção de ocupação da população expulsa às margens de morros e encostas, selecionadas por serem áreas livres.

No caso das ações de conservação, tais demolições eram justificadas pela melhoria da visibilidade dos bens tombados, seguindo a postura conhecida como diradamento. Esse conceito surgiu no início do século XX nos estudos de Gustavo Giovanonni (ANDRADE JR., 2006), urbanista que abordava as questões relativas à ambiência, tema que motivava a postura.

No caso de Ouro Preto, atitudes como as empreendidas no Largo de Coimbra, levaram à representação do Estado como “guardião local” e o morador/usuário como “opositor da conservação e um virtual transgressor” (CASTRIOTA, 2006). O que exemplifica que as intervenções urbanizadoras e conservacionistas, igualmente desconsideraram as relações sociais existentes, mesmo aquelas estabelecidas em função dos bens tombados situados no entorno e/ou sendo responsáveis pela dinâmica da área. O Estado justifica, como dito, tais ações como necessárias à salubridade ou modernização destas porções, ocultando sua atuação como agente que promove a capitalização do espaço urbano. O que lhe confere o status de um dos principais produtores do espaço mercantil urbano.

Seguindo essa tendência, a relação dos moradores de Ouro Preto como ameaçadores à sua preservação se mantém nas décadas de 1940 e 1950. Nessa segunda década essa representação fica ainda mais perceptível, gerando divergência entre os atores, o que ocorreu como resultado do impulso econômico que a cidade passava em consequência do contexto desenvolvimentista do país. Que localmente foi expresso pelo aumento da receita local através do novo ciclo de exploração de metal, desta vez o alumínio.

A década de 1960, em função do contexto político nacional, representa um hiato em termos de preservação, visto que as políticas públicas são mantidas sem modificações nesse sentido. O crescimento urbano e o impulso econômico iniciados na década anterior, embora em menor proporção dado o contexto, levam

o SPHAN a gerenciar ações de renovação, que buscavam afirmar uma ilusória imagem de desenvolvimento. É válido destacar, contudo, que o órgão passa a avaliar suas ações como influência da recém criada Carta de Veneza (1964), que amplia o entendimento de patrimônio incluindo os setores urbanos.

Quanto ao planejamento urbano, teve início a terceira fase, dos “Planos de Desenvolvimento Integrados”, ocorrida de 1965 a 1971 (VILLAÇA, 1999). No período foi reconhecido que os problemas urbanos não se limitavam a questões físicas, ou seja, as práticas sociais, ou a estrutura ativa das cidades, passaram a ser consideradas para além da estrutura física. Com isso, abordagens multidisciplinares são requisitadas e admitidas na elaboração dos planos de planejamento. Estes passam, com isso, a possuir diretrizes econômicas, o que representou um avanço técnico. Os impasses políticos, contudo, impediram a efetivação dos planos, o que foi uma contradição diante da postura integrada seguida nas suas elaborações.

Sobre a economia no período, seu aquecimento decorrente da intensificação da industrialização resultou em transformações e demandas urbanas que necessitavam ser previstas nos planos diretores. O fortalecimento da malha viária, por exemplo, acatou uma necessidade das novas indústrias, zonas industriais (muitas destas construídas em acordo com as recomendações econômicas dos planos) e comerciais, visando conectá-las e diminuir o tempo de transporte de insumos e produtos.

Tal regime urbano era orientado pelo modelo de acumulação pós-fordista e, com isso, o espaço urbano emergiu como elemento importante da acumulação, seguindo a tendência da fragmentação da produção no espaço geográfico. As indústrias e parques fabris, ou distritos industriais, como ficaram conhecidos no Brasil, foram localizados nas áreas periféricas seguindo a progressiva e generalizada ampliação geográfica de um espaço de acumulação que tendeu a adquirir cobertura mundial como expressão básica da globalização. Neste caso, algumas empresas mantiveram seus escritórios nas áreas centrais da cidade, porção que à época possuía representação de setor comercial e de negócios, em outros, casos toda a estrutura administrativa era mantida no parque da empresa.

Essa expansão acabou por promover a relevância de numerosas sub centralidades, que no caso das indústrias seguia a tendência de articulação funcional dos trabalhadores, pois era mais prático morar perto destes pólos em função dos problemas de mobilidade já identificados.

No caso da cidade de Ouro Preto a área industrial localizava-se em seu entorno, onde também foi construído um bairro para dar suporte à exigência habitacional provocada pelas empresas de exploração de alumínio. Essa nova porção possuía uma dinâmica e organização morfológica distinta do sítio histórico, este, por sua vez, com o crescimento da atividade, tem suas áreas periféricas como destino para novas construções (CASTRIOTA, 2006). Outra atividade também resultante, foi a alteração dos espaços arquitetônicos dos edifícios para layouts que permitissem abrigar mais usuários, o que exemplifica uma das razões para a acentuação da citada divergência entre o Estado e a população local (op.cit).

No planejamento urbano destaca-se o fortalecimento da rede urbana, com a construção e melhoria de estradas e rodovias, além do surgimento de mais aeroportos e rodoviárias. Tal aspecto incentivou o turismo nacional, destacando-se o turismo de massa, fenômeno observado na cidade em análise. Essa se desenvolve (ou se aperfeiçoa) para o turismo cultural, que foi “reforçado no final da década de 1960, quando começa a acontecer na cidade o Festival de Inverno, organizado pela Universidade Federal de

Minas” (op.cit, p. 147). Contudo, as ações e posturas preservacionistas mantêm a visão da cidade como referência puramente estética, o que impediu que a legislação absorvesse o turismo como meio para o desenvolvimento econômico local e beneficiasse a população residente, ou que equilibrasse os impactos da indústria na integridade da paisagem local.

As ações e posturas citadas levaram a descaracterizações no sítio histórico e não impediram a expansão do seu entorno, que acabou direcionando as tensões para o núcleo primitivo. Nesse sentido, surgiu uma demanda por planejamento urbano que resultou na elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade.

No final dos anos 1960, com a cidade se espalhando, sem controle, para todos os lados, e com a crescente descaracterização do conjunto original, colocava-se, então, cada vez mais a urgência de planejamento urbano. Assim, em 1968, o arquiteto português Viana Lima, consultor da UNESCO, elabora o primeiro plano de desenvolvimento para a cidade, que consistia basicamente num zoneamento para a mesma, com a definição de áreas de preservação e expansão (op.cit, p. 147).

O referido espraiamento da cidade, resposta às tensões da sua inserção econômica, e o controle superficial que o primeiro Plano Diretor oferecia, levaram a elaboração de um novo, sendo este um superplano. Esse modelo oriundo da fase do planejamento urbano a qual a temporalidade está inserida, marcada pela heterogeneidade das diretrizes propostas, além da extensão dos planos, em termos de abrangência (de temáticas e propostas), e a dissonância com a realidade das localidades (VILLAÇA, 1999). Isto é, as diretrizes, ações e projetos previstos não eram orientadas e/ou tomavam como referência a viabilidade de execução e compatibilidade social e cultural com os usuários.

Tais traços aparecem no segundo Plano Diretor elaborado para Ouro Preto, mesmo tendo sido originado a partir de uma parceria da administração do Estado, nas três esferas, e órgãos e instituições conservacionistas. A equipe responsável era composta pela Fundação João Pinheiro, órgão de planejamento estatal, além de “arquitetos, economistas, sociólogos, historiadores e geógrafos”, consultoria de Burle Marx e Viana Lima, sob a coordenação de Rodrigo Andrade (CASTRIOTA, 2006).

Tratava-se, desta vez, de um amplo trabalho, que incluía projetos que contemplavam tanto infra-estrutura urbana, paisagismo e restauração de monumentos, quanto aspectos sociais, econômicos, institucionais e administrativos. Além disso, formulava-se também um projeto de expansão urbana para a cidade, recomendando-se a criação de novos núcleos, de forma a assegurar um processo compatível de desenvolvimento, sem afetar a integridade histórica do conjunto (op.cit, p. 147).

Mesmo com os avanços relativos à abrangência dos planos e a busca por compatibilizar, em escalas distintas, as ações e as necessidades dos usuários, uma falha recorrente nesta foi a não execução de boa parte dos planos, ou a execução parcial das atividades propostas. Tal fato ocorreu em Ouro Preto, onde associamos como um dos motivos a desarticulação entre os órgãos de diferentes esferas, em especial o SPHAN e a prefeitura da cidade. Esta segunda não aprovava os planos por discordar do controle do uso do solo, entendendo como limitações incompatíveis com os interesses locais. No âmbito federal, não houve a incorporação das ideias de ambiência e do caráter dinâmico da cidade, mantendo o entendimento do sítio como estático, e divergindo das diretrizes propostas pela Carta de Veneza (1964) que à época influenciavam o órgão (op.cit). Em termos de relações e práticas sociais, o desenvolvimento manteve, então, sua representação de negativo à conservação urbana e a visão do morador como ameaça aos bens, o que, somado, justificou o excesso de atenção ao setor do turismo.

A quarta fase do planejamento, que vai de 1971 a 1992, é denominada como “Planos sem Mapas” (VILLAÇA, 1999). Nela as questões sociais e econômicas abordadas anteriormente, que concediam rigor técnico e maior detalhamento das propostas, são excluídas dos planos, que são simples e sintéticos, sendo elaborados “(...) pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes.” (op.cit, p. 221).

Nesse momento, a atuação do Estado concentrou-se na fiscalização dos setores industriais, como a siderúrgica e a petroquímica, e de empresas, a exemplo das de energia e telecomunicação. O Plano de Desenvolvimento estabelecido por Ernesto Geisel na década de 1970, por exemplo, deixa de registrar avanços econômicos com os problemas da gestão do regime militar.

Já na década de 1980 registra-se um importante avanço no desenvolvimento urbano nacional, a nova Constituição Federal de 1988, que promulga artigos que buscam melhores e igualitárias condições de vida, reforçando a democracia que deve guiar o planejamento e a gestão das cidades. Outra relevância da fase ocorreu quando o BNH (Banco Nacional de Habitação) promoveu grande impulso econômico, através da construção civil e de bens duráveis, e ao facilitar/agilizar os mecanismos de compra e financiamento de imóveis residenciais, o que ocorreu até 1986 quando o banco foi extinto e incorporado à Caixa Econômica Federal.

Já em termos de preservação nacional, identificamos significativo progresso com a ampliação das políticas preservacionistas nacionais, ocorrido na década de 1970. Com o desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que culminou com a inclusão da noção de referências culturais nas atividades de salvaguarda nacionais (CAVALCANTI, 2007). Além disso, na década de 1970 inicia o processo de descentralização das ações preservacionista com a abertura de delegacias regionais e a criação pelos estados de política própria com órgão e/ou agência para gestão, o que também ocorre em alguns municípios.

Na cidade de Ouro Preto não foram identificados projetos e/ou ações no âmbito do planejamento urbano municipal na fase, pois o Plano Diretor em vigor não dialogava com as políticas de preservação. Em 1980, contudo, a cidade é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, sendo o primeiro bem nacional contido na Lista do Patrimônio Mundial.

Já no âmbito federal, como consequência da revisão conceitual que possibilitou o reconhecimento da produção de grupos minoritários (e aqueles antes excluídos), a década registrou importantes eventos e ações de salvaguarda, em especial o entendimento dos conjuntos como documentos históricos. Nesse contexto, o órgão passa a reconhecer as cidades e sítios como “fruto de processos de ocupação do território ao longo do tempo e de produção do espaço urbano” (FERNANDES, 2016, s/p). Assim, em Ouro Preto, ocorreram estudos visando a definição do polígono de preservação, buscando incluir a composição paisagística que o núcleo formava com o entorno e revisar as atuações do IPHAN (op.cit).

Os conjuntos urbanos também passaram a ser observados por esta nova perspectiva e serem vistos como documentos/provas/testemunhos de ocupação do território, onde o espaço urbano podia ser lido como um texto que concentrava informações sobre processos sociais, econômicos e culturais. As operações de conservação nesse período mantiveram, nas cidades-documento, as diversas contribuições dos períodos históricos, e as edificações ecléticas ganharam importância como documento, permitindo a leitura da passagem do tempo, das transformações urbanas como processo histórico e da coexistência de vários tempos na mesma cidade (op.cit, s/p).

A quinta fase do planejamento urbano, iniciada na década de 1990, é marcada pelas tensões provenientes do desaquecimento industrial, a alta taxa de desemprego e a estagnação econômica. Como consequência, teve-se o surgimento dos movimentos pela reforma urbana, marcados pela inserção dos Artigos 182 e 183² na Constituição Federal de 1988, o que selou a nova fase do planejamento urbano no Brasil. Outro ponto importante foi a ampliação do entendimento de patrimônio cultural pelo também adicionado Artigo 188, passando a reconhecer os de natureza imaterial, isolados ou em conjunto.

A inclusão dessas pretensões de caráter social na Constituição comprovou a tendência da fase do planejamento de buscar transpor e considerar a cidade real na elaboração de planos e projetos. Ou seja, a cidade como objeto complexo oriunda de tensões, valores e interesses de grupos diversos (incluindo a diversidade sociocultural e econômica dos indivíduos). Houve, então, a tentativa por extrapolar a visão tecnocrata da cidade, sendo apenas aquela legal ou formal, ou seja, definida pelas porções constituídas em acordo com instruções oriundas de leis e decretos. Passando a atentar, também, para os adensamentos e áreas informais, buscando compreender os diferentes atores que, de forma geral, interferem na cidade como.

No caso da tutela nacional, ocorreu, como dito, a ampliação da sua abordagem, incluindo elementos e contextos específicos e minoritários, mediante a especialização das normativas que passaram a reconhecer a importância de práticas sociais, materiais ou imateriais, como referências culturais importantes à conservação. Contudo, a visão do turismo como melhor (e, em alguns casos, única) alternativa para a sustentabilidade econômica de porções de interesse histórico e cultural foi mantida. Consequentemente, multiplicaram-se as intervenções e projetos com tendência à criação de cenários desprovidos das relações sociais e culturais locais, aproveitando de visões genéricas e superficiais nas áreas. Transformando sua identidade em capital fictício, ou os patrimônios como ativos econômicos, visto que seus valores culturais foram traduzidos em monopólio explorados, principalmente, pelas atividades turísticas. O que resultou na elevação do seu valor de uso e preço em detrimento da sua integridade e autenticidade.

No caso de Ouro Preto, o planejamento urbano segue tal tendência, e admite o turismo como única alternativa econômica para a cidade. O que se agrava com a manutenção da visão do desenvolvimento como ameaça à conservação, impedindo, com isso, a incorporação e o surgimento de aspectos positivos dessa possibilidade. Os resultados das atividades empreendidas nesse ensejo apontam que elementos conservados e/ou aquelas que traduziam a história local foram apagados ou adaptados, emergindo um simulacro guiado pela contínua visão da cidade como símbolo da identidade nacional comercializável pelo turismo. Na análise que tece desse contexto, Castriota (2006) destaca que as relações e práticas sociais de Ouro Preto, um dos seus atributos, são mantidas apenas entre os moradores locais, ao turista são ofertadas atividades relativas ao cenário forjado.

Tal postura pode ser entendida como herança da postura dos planejadores e gestores do patrimônio, influenciada pelo planejamento urbano, que não admitiam a cidade enquanto estrutura ativa. O que implica, também, na negativa de aceitar as relações dialéticas do sítio histórico com as demais expansões urbanas da cidade e com o contexto do entorno. O que nos leva a concluir que, embora tenha-se iniciado o

2 O Art.182 trata da garantia da função social da propriedade e estabelece a necessidade de um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Já o Art.183, garante o direito de posse para sujeitos que residem em um imóvel urbano por mais de cinco anos ininterruptamente sem que o proprietário questione (Constituição Federal, 1988).

movimento de reforma urbana comandada por reivindicações sociais, em várias agendas do planejamento urbano a cidade não é vista como dinâmica, onde o *modus vivendi* é desconsiderado e/ou desassociado da estrutura física. O que foi comprovado com a insustentabilidade da maioria dos projetos de intervenção e a continuidade de ações de salvaguarda em vários centros históricos.

A relação dos sítios e áreas históricas com o contexto ambiental e/ou área rural, importantes na sua conformação e condicionante da forma urbana, também foi desconsiderada na maioria das ações conservacionistas da fase. Como ocorreu em Ouro Preto com a ocupação dos vales e encostas que contornam a cidade histórica.

A partir dos anos 2000, contudo, foram desenvolvidos importantes documentos para a conservação nacional, entre eles o instrumento legal específico para o reconhecimento dos bens culturais imateriais, o Decreto n.3551 de 2000. No tocante ao planejamento urbano, consolida-se o início de uma nova fase, que também mantém a presença das reivindicações sociais, mas apresenta um avanço, a instrumentalização das diretrizes de atendimento à tais solicitações por meio do Estatuto da Cidade, que entrou em vigor em 2001.

Com a efetividade do Estatuto das Cidades foram realizados fóruns denominados de Conferência das Cidades, que buscaram a aproximação das solicitações e necessidades com a dinâmica urbana atual, tentando construir alternativas para tratar a dificuldade de adaptar as cidades às necessidades contemporâneas em equilíbrio com os valores culturais e sociais das localidades.

Destacam-se, também, os Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), que representaram a retomada dos investimentos em infraestrutura urbana, incluindo ações em centros históricos. Além das tentativas de redistribuição de renda por meio do consumo de massa, orientados pelos Planos Plurianuais.

Uma das atuações do planejamento urbano executadas de forma bastante tímida é a retomada ou o incentivo da habitação nos centros históricos. Agenda muito importante a salvaguarda destas porções, pois pode significar a construção de vínculo que os habitantes e usuários com a localidade e, conseqüentemente, responder às relações de sociabilidade. Além disso, favorecem a manutenção dos remanescentes arquitetônicos, sendo apontada pela Carta de Petrópolis (1987) como uma “função primordial do espaço edificado”, promovendo a continuidade das “atividades tradicionais” e da “ambiência”. Porém, como dito, ações nesse sentido ocorrem de forma pontual, sendo um dos fatores a divergência entre os editais e recursos disponibilizados para os programas e planos de habitação social do Estado e a demanda orçamentária para adaptações em edifícios históricos.

Nos centros históricos destaca-se, em função da promoção do consumo de massa e da liberação econômica, com o atual regime de acumulação e a incisiva atuação neoliberal, a expansão do consumo popular e intensificação do comércio de produtos importados no centro. Estes sítios são classificados pelo interesse do mercado imobiliário para uso comercial. O que, contudo, não se aplica ao caso de Ouro Preto, já que as atividades econômicas locais continuam a apontar para o turismo.

Nessa tendência, os anos 2000 iniciam uma década de intensos trabalhos para a conservação de Ouro Preto, com postura e ações mais inclusivas que passam a buscar parcerias e acordo nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) e usuários locais, os quais se dividem em residentes, empresários e empresas, visitantes, gestores, líderes de organizações e fraternidades religiosas, etc. Destas citamos a

Portaria n. 122 de 2004, que foi revogada pela Portaria n. 312³ de 2010, e que delimita níveis de preservação que abrangem toda a área tombada, além promover a integração entre a esfera municipal e federal na busca por promover a dinâmica econômica local. Essa mudança de portarias foi resultado de um extenso trabalho de levantamento e análise de dados objetivando a revisão da salvaguarda, e sendo executada pelo IPHAN em parceria com a Prefeitura da Cidade, e seguindo os parâmetros de diversidade e especificidades dos bens, atributos e referência locais. Para isso, contando com a participação dos usuários locais com vista ao entendimento das suas práticas e relações.

Vale salientar, também, que, para além dos malefícios das relações econômicas em escala mundial, no sentido do debate preservacionista, a inserção do país nas relações globalizadas têm influenciado e amparado a construção de projetos e o debate técnico na esfera nacional.

Considerações finais

No cenário nacional, a especialização das normativas legais, consequência do desenvolvimento das políticas e projetos culturais, tem levado à crescente valorização do nosso patrimônio e a identificação de diversas localidades como bens culturais. Um dos condicionantes a esse novo contexto é a busca por atender às especificidades das diversas conjunturas brasileiras, promovendo a nossa diversidade. Em contrapartida, às ações de salvaguarda nem sempre ocorrem em consonância com essa abrangência, especialmente para os casos dos bens reconhecidos antes dessa ampliação do aparato jurídico e técnico (ao qual associamos os conhecimentos científicos dos campos da conservação e preservação), como no caso de Ouro Preto.

Em parte, esse problema ocorre, como concluímos pela análise, pelas associações históricas relacionadas aos sítios históricos (ou bens patrimoniais) ao longo do tempo que tendem a se repetir e são associados aos atributos locais. O que é intuitivo já que a relação dos usuários com os bens que conferem seu valor e estes são suscetíveis as tensões das diferentes temporalidades. O que seria positivo se a herança segregatória, aquela que responde a supervalorização de alguns símbolos em detrimento de outros, fosse excluída do processo, ou narrada apenas como evento histórico. Já que, como vimos na análise, estas representações interferem na dinamização e diversificação das atividades econômicas e sociais identificadas no sítio histórico.

Em Ouro Preto, a concentração de comércios e serviços para atendimento ao turismo no núcleo histórico levou os moradores da porção a migrar para as centralidades do entorno para executarem práticas diferentes desse setor. O que reforça a imagem do sítio como centro secundário desprovidos das relações sociais locais. Além disso, resultou na alteração da composição social urbana, pois cederam espaço às imagens manipuladas pela atividade turística que, como vimos, não se harmonizaram à realidade dos habitantes, mas apenas aproveitaram a promoção em torno de suas paisagens, de modo a transformá-las em mercadorias lucrativas, direcionadas ao turismo e a padronização dos serviços e atividades disponíveis. Como as práticas sociais locais mantêm-se apenas entre os moradores, reforça-se o simulacro citado. O que concluímos ter sido impulsionado pela representação da cidade como 'símbolo nacional' no planejamento urbano e na salvaguarda nacional.

3 A citada portaria tem por objetivo “instituir medidas gerais de preservação, regulamentar a ocupação urbana, as construções arquitetônicas e transformações de qualquer natureza promovidas no sítio tombado denominado “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto” (...)” (PORTARIA N.132, 2010).

Tais aspectos nos levam, então, a reforçar a importância do entendimento do sítio histórico em sua complexidade, ou como um palimpsesto, onde suas práticas e representações, provenientes de diferentes períodos, são atributos que definem, distinguem e o caracterizam. Sendo imprescindível o seu conhecimento nas ações de salvaguarda e o seu diálogo com o planejamento urbano, garantindo o desenvolvimento necessário à sustentabilidade econômica, social e cultural local.

Referências

- ANDRADE JR., N. V. **A Questão da Ocupação dos Vazios em Conjuntos Históricos: da reconstrução literal ao contraste radical**, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/6251772/A_Questão_da_Ocupação_dos_Vazios_em_Conjuntos_Históricos_da_reconstrução_literal_ao_contraste_radical>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- BOUCHENAKI, M. **The Interdependency of the Tangible and Intangible Cultural Heritage**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/victoriafalls2003/papers/2%20-%20Allocution%20Bouchenaki.pdf>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.
- CARDOSO, A. L. **Avanços e Desafios na Experiência Brasileira de Urbanização de Favelas**, 2007. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/CARDOSO_Avanços_e_desafios_na_experiência_brasileira_de_urbanização_e_favelas.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2019.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Ed. IEDS, 2009.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- COMAS, C. E. **O Passado Mora ao Lado: Lúcio Costa e o projeto do Grand Hotel de Ouro Preto 1938/40**, 2010. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.122/3486>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- FERNANDES, S. M. **As Representações do Conjunto Urbano Tombado de Ouro Preto**, 2016. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2016/251-as-representacoes-do-conjunto-urbano-tombado-de-ouro-preto.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.
- PAIVA, C. H. A. **A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva (1920-1945)**, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/27.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- RIBEIRO, L. C. Q. **A Metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, pp. 19-110.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 2002.
- VILAÇA, F. **Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.), **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

Submetido em: 26.08.2021

Aceito em: 26.10.2021